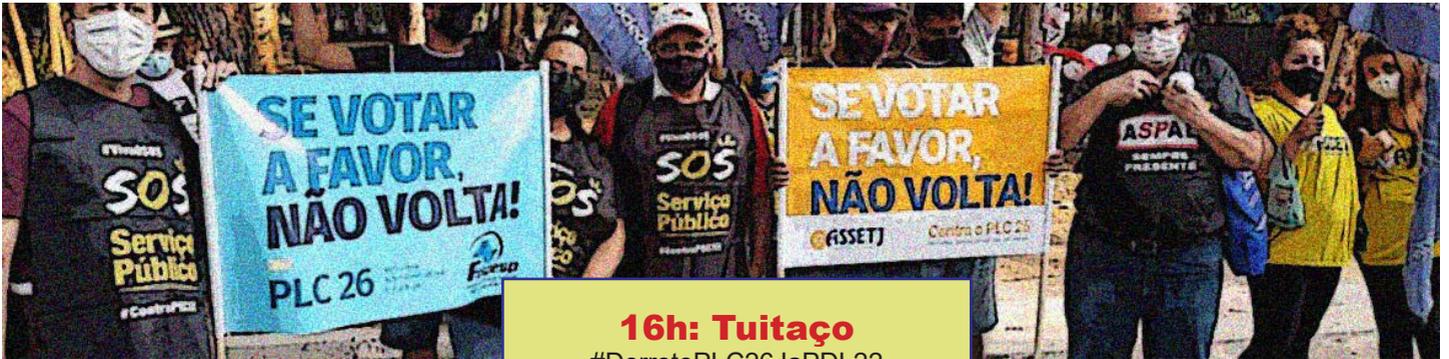


HOJE tem ATO e LUTA na Alesp

PLC 26 pode ser votado. Minirreforma administrativa de Doria antecipa ataques de Bolsonaro & Guedes ao funcionalismo paulista



16h: Tuitaço

#DerrotePLC26JaPDL22

17h: Ato presencial na Alesp

(Entrada lateral dos deputados, pela rua Abílio Soares)

Durante todo o dia,

pressão nos/nas deputados/as

Acesse o link **Na Pressão**

(<https://napressao.org.br/campanha/diga-nao-ao-plc-26-de-joao-doria>) e mande mensagens

no WhatsApp, e-mail, Twitter e Facebook de todos/as.

É fácil e rápido.



Classificado pelas entidades representativas do funcionalismo como uma minirreforma administrativa em São Paulo, o projeto de lei complementar (PLC) 26/2021, enviado pelo governador João Doria à Assembleia Legislativa em caráter de urgência, pode ser votado em plenário nesta quarta-feira, 13 de outubro. O PLC 26 é uma tentativa do governador paulista de sair na frente do governo Bolsonaro, que enviou ao Congresso Nacional a PEC 32, da reforma administrativa.

A **Frente Paulista em Defesa do Serviço Público**, da qual fazem parte as entidades representativas que integram o Fórum das Seis, convoca os/as servidores/as para um dia inteiro de intensa mobilização, virtual e presencial. *Veja detalhes no quadro ao lado.*

O PLC 26 visa confiscar alguns direitos e criar critérios rígidos para o usufruto de outros. A seguir, confira algumas das mudanças previstas no projeto e o que queremos:

- ✓ O PLC 26 disciplina a contratação de temporários.
(Queremos concursos públicos para repor os cargos vagos.)
- ✓ Retira a correção anual pelo INPC do adicional de insalubridade.
(Queremos manter a correção e ampliar o adicional.)
- ✓ Revoga as faltas abonadas.

(Queremos mantê-las como direito e necessidade.)

✓ Revoga o pagamento do adicional de insalubridade durante a licença-prêmio.

(Queremos que o adicional seja mantido e incorporado aos salários.)

✓ Estabelece critérios muito rígidos para a concessão do abono de permanência, que ficará condicionado ao pagamento por 12 meses.

(Queremos manter o abono de permanência, pois é uma obrigação e direito de quem ainda não quer se aposentar.)

✓ Revoga o pagamento das licenças-prêmio na aposentadoria e falecimento.

(Queremos manter o pagamento da licença para todos, aposentados e pensionistas.)

Pressão também pela aprovação do PDL 22

A mobilização em 13/10 também tem como alvo uma reivindicação relevante para o funcionalismo: a revogação do Decreto 65.021/2020, que impôs um aumento draconiano nas contribuições dos/as aposentados/as e pensionistas autárquicos/as do estado de São Paulo. A luta é pela aprovação do projeto de decreto legislativo (PDL) 22/2020, de autoria do deputado Carlos Giannazi (PSOL-SP), que revoga o decreto.

FRENTE PAULISTA EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

ATO E LUTA NA ALESP
13/10, às 17h

TEMOS QUE BARRAR
O PLC 26/21
Na entrada lateral dos deputados
Rua Abílio Soares